

A REFORMA DO ENSINO TÉCNICO SEGUNDO OS PROFESSORES: ESTUDO EM DUAS ESCOLAS TÉCNICAS INDUSTRIAIS GAÚCHAS

Elisabete Zardo Búrigo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
00009949@ufrgs.br

O trabalho apresenta resultados de pesquisa que investigou a interveniência dos professores na implementação da reforma conhecida como “reforma do ensino técnico”, deflagrada pelo Decreto nº 2.208/97, que determinou a separação entre ensino técnico e ensino médio. A pesquisa foi realizada no período de implementação dos novos currículos, planejados no âmbito das escolas, após a extinção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e na vigência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (Resolução nº 4/99 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação). Foram tomadas como âmbito de estudo duas escolas do Rio Grande do Sul que ofereciam cursos classificados como da área industrial: a Escola Técnica Estadual Parobé, situada em Porto Alegre, e a Escola Técnica Estadual Monteiro Lobato (CIMOL), situada em Taquara, região da indústria calçadista. A pesquisa baseou-se em entrevistas semi-estruturadas com professores, diretores e supervisores das duas escolas, realizadas entre 2001 e 2003, e na análise dos planos de curso e de outros documentos produzidos pelas escolas no período. Buscou-se analisar como práticas e de modos de pensar sobre o ensino técnico partilhados entre os professores de cada estabelecimento participaram da configuração de suas reações à política governamental. O momento foi considerado como especialmente favorável à pesquisa, sobretudo por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a memória dos cursos integrados ao ensino médio ainda estava viva entre a maioria dos professores, permitindo o cotejamento daquela experiência com o novo ensino técnico que estava sendo gestado. Em segundo lugar, porque a implicação dos professores no planejamento e na implementação dos novos cursos requeria o debate, a negociação e a avaliação dos currículos, favorecendo a explicitação de interesses, disposições, modos de pensar, convergências e dissonâncias. A análise das entrevistas com os professores e dos planos de curso construídos no processo de reestruturação do ensino técnico mostra que o planejamento curricular, nas duas escolas, não se pautou pela adequação estrita às orientações da política governamental ou às demandas oriundas do mercado de trabalho. Resistindo às pressões externas para o aligeiramento da formação e a flexibilização curricular, os professores buscaram ampliar a duração e a carga horária dos cursos para além dos mínimos estabelecidos nas Diretrizes Curriculares. Traços do modelo anterior foram resgatados, introduzindo elementos do “antigo” ensino técnico na “nova educação profissional”. Houve uma apropriação parcial do discurso da pedagogia das competências, especialmente no que se refere à avaliação dos processos de aprendizagem, mas com a manutenção da lógica disciplinar instaurada e com a valorização de conteúdos que apenas artificialmente podem ser descritos como competências. Nos novos cursos, foi preservado o caráter generalista da formação, em oposição à proposta expressa nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico de uma formação organizada segundo funções produtivas e voltada para o desempenho de determinados conjuntos de tarefas. Resistindo ao que consideravam uma especialização precoce, os professores seguiam defendendo a tradição de uma formação organizada segundo grandes áreas técnicas e capaz de sustentar uma ampla gama de especializações posteriores. A mecânica, a eletrônica e a

eletrotécnica não eram percebidas pelos professores como agrupamentos de funções produtivas, mas como campos de atuação aos quais correspondem campos de conhecimento e comunidades profissionais. Buscou-se preservar nos novos currículos também a articulação entre componentes teóricos e práticos da formação dos técnicos, resistindo à idéia de uma formação estritamente orientada para finalidades práticas ou baseada em simulações de situações típicas do processo de trabalho nas empresas. Essa articulação, vivenciada no modelo anterior, distinguiria o ensino técnico tanto de uma formação calcada na experiência prática e na prescrição detalhada das aprendizagens quanto de um ensino como eminentemente teórico, insuficiente na preparação para o enfrentamento de situações concretas. Os professores buscaram preservar, sobretudo, uma figura projetada de técnico industrial como referência para a organização dos cursos, a despeito das formas predominantes de inserção dos alunos no mercado de trabalho – subordinadas e de exercício de tarefas repetitivas. Essa figura projetada de técnico - responsável pela tomada de decisões, pelo desenvolvimento de projetos e pela preservação de uma cultura técnica - motivava a valorização de aprendizagens que não se justificam pela sua aplicabilidade imediata, mas que permitem distinguir, pelo seu caráter científico ou técnico, os seus portadores dos demais trabalhadores. A interveniência dos professores na implementação da reforma pode ser compreendida como afirmação de saberes docentes construídos através da experiência e como expressão de sua identificação como representantes de um grupo profissional incumbidos da formação de novos profissionais em acordo com os valores próprios de uma cultura técnica. A reforma do ensino técnico também pode ser tomada como exemplo de como a implementação das políticas governamentais é afetada pela cultura escolar de cada estabelecimento. Reciprocamente, a cultura escolar se modifica sob a influência da ação governamental. No caso em tela, a separação entre ensino técnico e médio se afigura como um dos efeitos mais definitivos da reforma. A constituição de grupos distintos de professores e de alunos, a adoção de diferentes calendários, processos de ingresso e até mesmo a delimitação de espaços físicos em atendimento às pressões governamentais contribuíram para a naturalização da idéia de que o planejamento do ensino técnico e do médio podem ou devem ser separados. Os efeitos da ação governamental são atenuados e retardados quando se defrontam com práticas e valores próprios da cultura escolar, mas também prolongados e sedimentados quando incorporados a essa cultura. O ensino técnico não voltará a ter a configuração anterior à reforma, mas guarda as marcas de sua constituição ao longo do século vinte como formação atribuída ao sistema escolar.

Palavras-chave: Educação profissional. Reforma do ensino técnico. História da educação.